

Infraestrutura Objetivo é elevar a 6% participação do setor na economia; exploração na fronteira deve ser flexibilizada

Governo vai rever decretos militares para abrir mineração

Daniel Rittner
De Brasília

Com o objetivo declarado de elevar dos atuais 4% para 6% a participação do setor na economia brasileira, o governo estuda a retirada de duas restrições impostas pela ditadura militar ao desenvolvimento da mineração.

Uma das ideias é dar flexibilidade à exploração mineral na faixa de fronteira. Citando razões de segurança nacional, um decreto de 1980 impede a abertura de jazidas e até mesmo atividades de pesquisa geológica por empresas estrangeiras em áreas situadas dentro do limite de 150 quilômetros ao longo da fronteira terrestre. Mineradoras controladas por brasileiros são permitidas, mas precisam percorrer um caminho inviável: elas só podem trabalhar na região mediante aval prévio do Conselho de Defesa Nacional, formado pelos comandantes das Forças Armadas e liderado pelo próprio presidente da República.

Outro decreto do regime militar, assinado em 1984 pelo então presi-

dente João Figueiredo, criou a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) em uma área de 33 mil quilômetros quadrados entre o norte do Pará e o sul do Amapá — tamanho superior ao da Bélgica. Na prática, houve um congelamento das atividades de pesquisa nessa região, que passaram a ser de monopólio do governo e ficaram restritas ao cobre.

Mudanças nas duas regras estão em análise no Ministério de Minas e Energia. “É um debate que precisamos destravar”, afirmou ao Valor o secretário de geologia e mineração da pasta, Vicente Lôbo. Segundo ele, o Brasil tem a oportunidade de tornar-se o maior campo do mundo para projetos “greenfield” (novos) no setor, caso tenha estabilidade regulatória e revise esse tipo de restrição aos investidores privados.

Ex-diretor da Bunge e da Vale Fertilizantes, o secretário lembra que a faixa de fronteira corresponde a 27% de todo o território nacional. “Se fosse um país à parte, seria o 12º mais extenso do planeta”, compara. Para ele, a ideia de afastar atividades de mineração da fronteira

terrestre ficou defasada. “Hoje a leitura é que, sem ocupação por empreendimentos econômicos, o banditismo e o tráfico podem tomar esses lugares”, acrescenta Lôbo, que já iniciou conversas com as Forças Armadas sobre o assunto.

Para o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a iniciativa de colocar o assunto em pauta é bem-vinda. “A melhor forma de proteger a fronteira é ocupá-la”, diz o diretor de assuntos minerários da entidade, Marcelo Tunes.

Ele menciona o Mato Grosso (especialmente do município de Cáceres até a divisa com Rondônia), Koraima (fora das terras indígenas demarcadas) e o interior do Rio Grande do Sul como exemplos de regiões de fronteira com alto potencial de exploração.

Um projeto de lei já tramita no Senado, em marcha lenta, flexibilizando parcialmente as regras de exploração na faixa de fronteira. O projeto é relatado pelo senador Fernando Bezerra (PSB-PE), pai do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.



Vicente Lôbo, secretário de Geologia e Mineração do MME: país pode se tornar o maior campo de novos projetos

Tunes também elogia a disposição do ministério de revogar o decreto que criou a Renca. “Há muito tempo defendemos isso. Trata-se de uma província mineral importante e que foi totalmente esterilizada para a produção”, afirma o diretor do Ibram.

Pelo decreto de 1984, só a estatal Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) tem direito de fazer atividades de pesquisa na área delimitada da reserva. Concessões de lavra para explorar as jazidas podiam ser feitas a terceiros que “negociassem” com a CPRM. O roteiro imaginado pelo regime militar nunca deu os resultados esperados.

O secretário Vicente Lôbo explica que a região bloqueada pela Renca tem potencial para o desen-

volvimento de jazidas de ouro, zinco, fosfato e terras raras, entre outros minérios. Como foram criadas unidades de conservação ambiental e reservas indígenas, a liberação para eventuais novos requerimentos de pesquisa não é imediata. Além disso, conforme lembra o diretor do Ibram, é preciso resgatar direitos de pesquisa e de exploração anteriores ao decreto. “Não é uma coisa que ocorre da noite para o dia, mas é algo muito positivo.”

O ministério trabalha ainda em outras frentes. Uma delas, que tem sido discutida com associações do setor, é “fatiar” a reforma do código de mineração que foi enviada em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional. “A proposta se arrasta sem solução vi-

sível”, observa Lôbo. Para ele, o formato “três em um” da proposta mostrou-se inadequado. O projeto de Dilma juntava em uma só peça três mudanças diferentes: aumentava a cobrança de royalties, transformava o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora e criava novas regras para a exploração de jazidas.

O ministério não vê mais necessidade de mudança no marco regulatório. “Evita-se uma ruptura jurídica desnecessária. Não há registro de empresas nacionais ou estrangeiras que tenham deixado de investir no Brasil por causa da legislação atual”, enfatiza o secretário. A prioridade deverá ser o braço da reforma que eleva a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem).

DNPM avalia 22,5 mil áreas devolvidas para retomar exploração

De Brasília

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia responsável pelo controle do setor, passa um pente-fino em 22,5 mil áreas que foram objeto de pesquisas exploratórias no passado e acabaram sendo devolvidas pela iniciativa privada ao longo do tempo. A ideia é que jazidas com potencial de aproveitamento possam ser oferecidas novamente ao mercado.

Levantamento preliminar das

áreas de interesse deve ficar pronto até o dia 9 de dezembro, segundo o Ministério de Minas e Energia. Segundo estimativas iniciais, pelo menos metade das áreas é composta por minerais considerados “não estratégicos” — como cascalho, brita e argila. Também serão excluídas jazidas com algum tipo de conflito socioambiental, como as localizadas em unidades de conservação ou em terras indígenas.

O governo não se arrisca a estimar um número de áreas que podem ser colocadas em oferta,

mas acredita que a iniciativa pode sacudir o mercado. “O que a gente sabe é que a indústria de mineração ganhará um novo dinamismo”, afirma o diretor-geral do DNPM, Victor Froner Bicca.

A autarquia trabalha em conjunto com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), estatal que detém grande conhecimento geológico e ajuda na identificação do potencial. “Se 20% do que está se falando entrar no mercado, é algo bem significativo”, avalia o advogado Marcelo

Ribeiro Lima Filho, sócio do escritório Lima Feigelson.

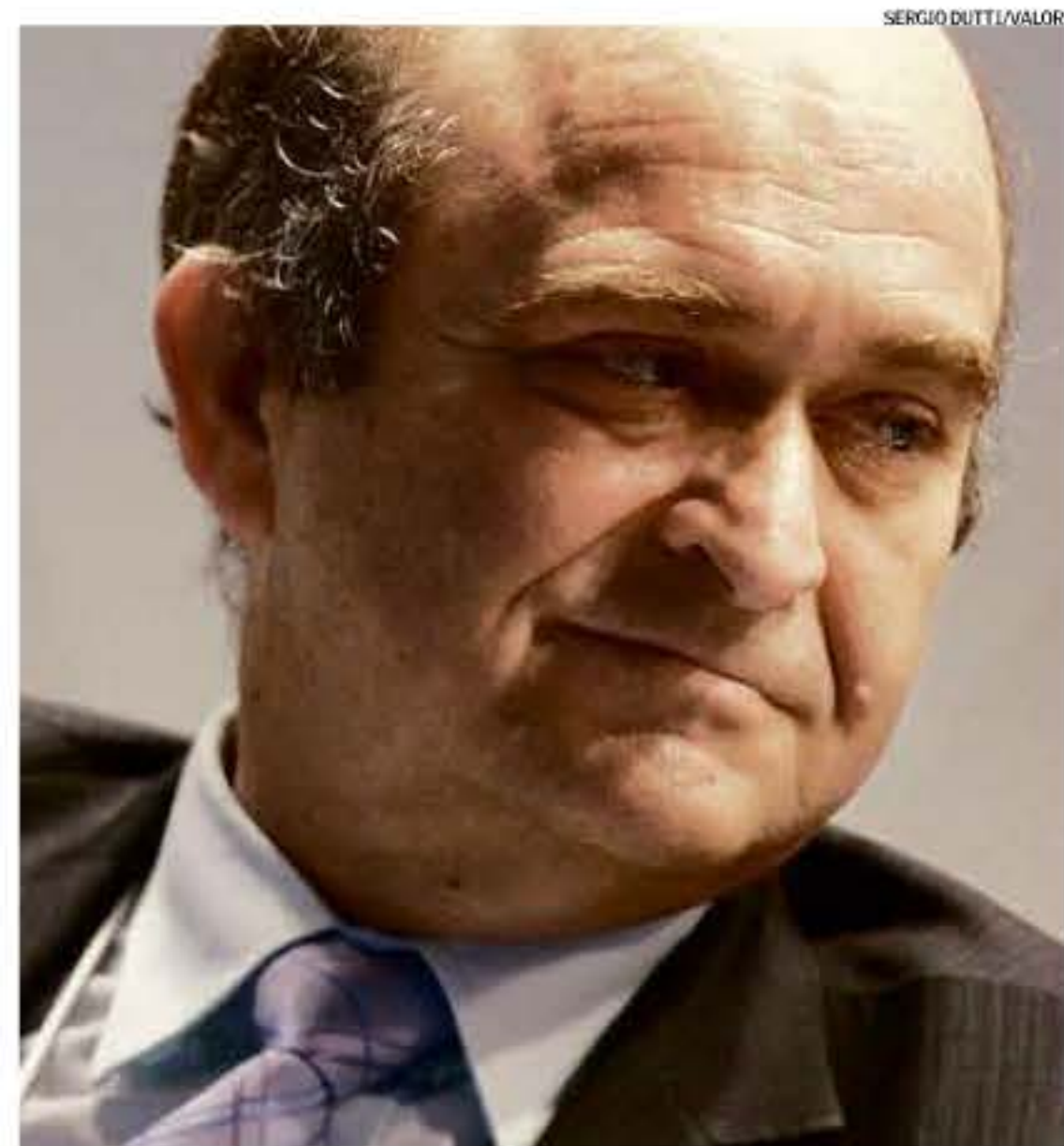
Conforme explica o advogado, essas áreas tiveram alvarás de pesquisa ou concessão de lavra, mas foram deixadas de lado pelas empresas por diferentes motivos, como perda de prazos ou descumprimento de obrigações.

De volta à carteira do DNPM, elas são consideradas “áreas em disponibilidade”, mas Lima diz que há dificuldade histórica do órgão em oferecê-las. “A autarquia não tem pessoal, não tem estrutu-

ra, não tem comissão de licitação. Às vezes, as propostas que recebe demoram dez anos para ser julgadas. Muitas empresas, quando obtêm a aprovação, já não se interessam mais por essas áreas”, afirma.

Bicca, do DNPM, reconhece a necessidade de aperfeiçoamento dos processos. A portaria 268 de 2008, que estabelece o passo a passo de como essas áreas são oferecidas ao mercado, deverá sofrer uma reformatação. “A ideia é ter um mecanismo mais transparente e mais dinâmico.”

Em conjunto com o DNPM, a Secretaria de Geologia e Mineração do ministério aponta algumas prioridades: o desenvolvimento de pesquisas em áreas com potencial de exploração para minérios como ouro, cobre, zinco, níquel, diamante, caulim, ferro, alumínio, chumbo, fosfato e terras raras. Bicca lembra, no entanto, que o investimento em mineração tem alto grau de risco: de cada mil áreas pesquisadas, em média, só quatro acabam tendo produção com rentabilidade econômica. (DR)



Nelson Leite: revisão deve impactar mais mercado livre que tarifa de distribuidoras

Tarifa de energia paga pela indústria é 7ª mais alta do mundo

Rafael Bitencourt
De Brasília

O custo de uso do sistema de distribuição para a indústria brasileira é um dos mais competitivos no contexto internacional, segundo levantamento apresentado ontem pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Por outro lado, a tarifa cobrada dos grandes consumidores — que também incorpora despesas com compra de energia, rede de transmissão e tributos — é a sétima mais alta do mundo.

O cruzamento de dados dos países, com base na taxa de câmbio média de 2015, indica que as 63 distribuidoras do Brasil cobram a tarifa média de US\$ 119 por megawatt-hora (MWh) do seguimento industrial (alta tensão), com carga tributária de 7%. O ran-

king é liderado pela Itália, onde se pratica uma tarifa de US\$ 263 por MWh, com impostos de 40%.

O Estudo Comparativo de Tarifa se limitou à análise do custo da energia pelo regime tarifário. A metodologia não considerou os preços da energia negociados no mercado livre, sujeitos a maiores variações e inferiores aos das tarifas das distribuidoras.

O fortalecimento do mercado livre é uma das prioridades do governo que, por meio do Ministério de Minas e Energia, lançou uma consulta pública para definir quais medidas serão tomadas. Na semana passada, o secretário-executivo do órgão, Paulo Pedroza, disse, em evento na Bahia, que as mudanças não virão para que o segmento continue a cumprir um papel complementar, mas que assumirá uma posição central no suprimento de energia no país.

Ontem, o presidente da Abradee, Nelson Leite, ressaltou que há indicações claras de que os preços no mercado livre devem sofrer um efeito de alta daqui para frente. Ele indicou que a elevação virá por dois motivos: os ajustes no modelo computacional que define o preço de referência da energia no mercado de curto prazo — o PLD — e a revisão ampla da geração das hidrelétricas definida nos contratos (garantia física).

Leite admite que, embora os preços no mercado de curto prazo (spot) já tenham registrado alta nos últimos meses, as distribuidoras contam com um grande volume de consumidores migrando para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Ele frisou que esse movimento tende a aumentar a demanda por energia livremente negociada e, por consequência, elevar os preços.

Sobre os ajustes no modelo computacional, Leite afirmou que o Operador Nacional do Sistema (ONS) usará “parâmetros mais realistas” para medir as variáveis de oferta de energia no país usadas no cálculo do PLD. Isso, disse ele, também provocará alta nos preços.

Para o presidente da Abradee, a revisão da energia oferecida pelas usinas deve provocar impacto maior no mercado livre do que nas tarifas das distribuidoras. “Estamos com sobra de energia contratada. A redução da garantia física nos beneficia”, afirmou Leite.

A pesquisa indica que, em maio, a tarifa média cobrada da indústria foi de R\$ 395 por MWh. No mesmo mês, a tarifa média da classe residencial (baixa tensão) estava em R\$ 224 por MWh. A entidade ressaltou que a carga tributária neste segmento é a segunda maior do mundo, com peso de 40%.

Faturamento de empresas de transporte cai 60% no ano, revela pesquisa da CNT

De Brasília

As diferentes modalidades de transporte no Brasil têm sofrido com os efeitos da crise da economia do país. O levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT), divulgado ontem, indicou que a maioria das empresas do setor tiveram uma diminuição de 60,1% da receita bruta e redução de 58,8% do número total de viagens ao longo do ano de 2016.

Os dados da pesquisa ainda indicam que houve aumento do custo operacional para 74,6% das empresas, o que veio a comprometer o nível de produtividade.

A Sondagem Expectativas Econômicas do Transportador 2016 entrevistou 795 transportadores

de todo o país que atuam nos modais rodoviário, ferroviário de cargas, metroferroviário, urbano de passageiros por ônibus, aquaviário e aéreo.

Para a CNT, a instabilidade econômica e política teve papel decisivo na redução dos deslocamentos, diminuindo receita e forçando a redução das atividades do setor. A maioria dos transportadores (90,7%) considera que a crise política também afetou negativamente o mercado. Parte das empresas do setor (37,4%) informaram que tiveram que reduzir o número de veículos em operação em 2016.

Mesmo sofrendo os efeitos da crise, 53,5% dos transportadores aumentaram a confiança na gestão econômica do governo federal e 60,5% concordam com as

medidas fiscais anunciadas. A Sondagem mostrou também que 49,3% dos empresários acreditam que a retomada do crescimento na economia do país só será percebida em 2018.

Para a CNT, a atual situação do país levou as empresas a suspenderem a contratação de novos funcionários e fazer a aquisição de novos veículos. O acesso ao crédito foi indicado como a maior dificuldade por 77% dos entrevistados. A facilidade em obter financiamento é indicada como forma de incentivar a retomada do processo de investimento na renovação e modernização da frota. A entidade patronal aproveitou a divulgação da pesquisa para cobrar investimentos em infraestrutura. (RB)

Redução de preço de combustível chega ao consumidor, mas repasse é modesto

André Ramalho
Do Rio

A redução dos preços dos combustíveis nas refinarias começa a chegar, aos poucos, ao consumidor final, aponta o levantamento de preços semanais divulgado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O repasse às bombas, contudo, ainda é muito modesto, se comparado ao tamanho dos reajustes praticados pela Petrobras.

Segundo dados da ANP, o preço médio do diesel caiu pela terceira semana seguida. Na comparação com o levantamento feito na semana anterior (13/11 a 19/11), a queda foi de 0,36%, para uma média de R\$ 2,984 o litro, o menor pa-

tamar em quase um ano (13/12 a 19/12 do ano passado).

O percentual do repasse ao consumidor, no entanto, ainda é pequeno se comparado aos reajustes do produto nas refinarias. Desde que a estatal reduziu em 10,4% os preços do derivado, no dia 8, o preço médio do diesel nas bombas acumula retração de apenas 0,83%, ou R\$ 0,02 o litro.

Essa redução equivale a cerca de 10% do efeito potencial que os reajustes da Petrobras poderiam representar para o consumidor. Ao anunciar a mais recente redução de preços, nas refinarias, a Petrobras estimou que o diesel poderia ficar até 6,6% mais barato nas bombas, caso o reajuste na refinaria fosse integralmente repassado pelas distribuidoras e

postos. O percentual equivale a desconto de aproximadamente R\$ 0,20 no litro do combustível.

Já os preços da gasolina caíram 0,27% na semana passada e acumulam 0,43% de queda desde o último reajuste da Petrobras, que baixou os preços nas refinarias em 3,1%. O litro do derivado foi negociado, entre 20/11 e 26/11, a R\$ 3,665 — valor apenas R\$ 0,01 mais barato que o preço médio do combustível praticado nos postos na semana em que a estatal anunciou o reajuste.

Na ocasião, a Petrobras estimou em 1,3%, ou R\$ 0,05 por litro, o potencial de queda dos preços do combustível, caso o repasse do desconto praticado nas refinarias fosse integralmente repassado aos consumidores.